

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT01.002

A CRIANÇA CONTEMPORÂNEA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: **NOVOS DESAFIOS NA ATUALIDADE**

VIVIAN LEITE PEREIRA MONTANHER

Mestranda em Educação da Universidade Estadual de Londrina- UEL, vleitepereira0@gmail.com;

MARCELA REGINA MAFRA

Mestranda em Educação da Universidade Estadual de Londrina- UEL, mrmmafra@yahoo.com.br;

RICARDO LOPES FONSECA

Professor Orientador do Programa de Pós Graduação em Educação (PPeDu) da Universidade Estadual de Londrina - UEL, ricardolopesf@uel.br.

RESUMO

Do ponto de vista legal e das políticas públicas voltadas para a Educação Infantil no Brasil, houve avanços significativos, principalmente, no que tange ao atendimento institucional às crianças até a primeira década do terceiro milênio. Mesmo com os avanços no campo das leis e das políticas, o desafio ainda consiste até a contemporaneidade, no que se refere ao movimento de pensar as situações em que as crianças inúmeras vezes tiveram seus direitos violados e tenham sido reduzidas a toda espécie de desigualdade de oportunidades. Oportunizar às crianças situações de desenvolvimento, significa participar com elas de atividades num ambiente socializador, promovendo situações de aprendizado. Nesse viés, o professor tem papel essencial na garantia dos direitos de aprendizagem das crianças, para tanto necessita de uma formação que lhe assegure meios para atingir tais objetivos. A formação continuada de professores da Educação Infantil favorece ao profissional docente o acompanhamento das mudanças contemporâneas ocorridas no campo educacional e conseqüentemente na infância, oferecendo subsídios ao trabalho em sala de aula com meios possíveis de atendimento às particularidades de cada criança, bem como, a heterogeneidade presente na infância, potencializando a esse professor um olhar crítico capaz de evitar que a barbárie ocorrida por tempos na infância, se repita. Baseado em pesquisa Bibliográfica

e Documental das produções de autores como: Adorno (1995), Ariès (1986), Benjamin (2002), Kishimoto (2002), Kramer (1986/2000), Sarmiento (1997), entre outros, este estudo foi realizado a fim de compor a Dissertação de Mestrado em Educação das Pesquisadoras, favorecendo seu embasamento teórico e proporcionando a compreensão da temática à vista de pesquisas sobre o assunto descritas por autores renomados e por pesquisadores que discutem o tema em questão. Reconhecendo a importância de uma formação continuada que venha refletir numa ação docente bem estruturada com propostas adequadas ao atendimento das crianças.

Palavras-chave: Educação Infantil, Formação de Professores, Contemporaneidade, Criança.

INTRODUÇÃO

As escolas infantis no Brasil ao longo dos anos, sofreram diversas mudanças no que se refere às suas funções, passando pelas situações do assistencialismo, da privação cultural até chegar na função educativa.

A partir do momento em que a legislação avança, a criança é reconhecida como cidadã, sujeito de direitos, com garantia de educação de qualidade desde seu nascimento. A esse respeito Paschoal e Machado (2009, p. 79) corroboram que “do ponto de vista histórico, a educação da criança esteve sob a responsabilidade exclusiva da família durante séculos, porque era no convívio com os adultos e outras crianças que ela participava das tradições e aprendia as normas e regras da sua cultura” [...].

Com o advento da indústria moderna, a estrutura social modificou-se e com isso os hábitos das famílias foram alterados, com a mão de obra masculina considerada insuficiente as mulheres passaram a integrar o quadro de trabalhadores e muitas crianças também passaram a ser inseridas no campo de trabalho das fábricas. Por isso, as mães operárias que não tinham como cuidar de seus filhos pequenos enquanto trabalhavam, tinham que buscar pelos serviços de outras mulheres que optavam por não irem para as fabricas e dessa maneira, abrigavam e cuidavam dos filhos dessas mães operárias (PASCHOAL e MACHADO, 2009).

Nesse sentido, criou-se uma nova forma de cuidado dessas crianças que, como ainda não conseguiam ir para o trabalho nas fabricas e não tinham mais as mães para seu cuidado, eram deixadas em condições insalubres e com ausência total de atenção e carinho.

Criou-se uma nova oferta de emprego para as mulheres, mas aumentaram os riscos de maus tratos às crianças, reunidas em maior número, aos cuidados de uma única, pobre e despreparada mulher. Tudo isso, aliado a pouca comida e higiene, gerou um quadro caótico de confusão, que terminou no aumento de castigos e muita pancadaria, a fim de tornar as crianças mais sossegadas e passivas. Mais violência e mortalidade infantil (RIZZO, 2003, p. 31).

De acordo com Paschoal e Machado (2009), com os altos índices de mortalidade infantil, desnutrição e acidentes domésticos, setores da sociedade passaram a se preocupar em atender essas crianças num espaço separado, fora da família. E, mesmo existindo as Casas de Misericórdia que acolhiam as crianças deixadas

nas rodas dos expostos, o poder público criou um número significativo de creches, porém diversos setores da sociedade defendiam a criação dos jardins de infância que segundo eles, traria benefícios para o desenvolvimento das crianças. [...] “No Brasil, por exemplo, a creche foi criada exclusivamente com caráter assistencialista, o que diferenciou essa instituição das demais criadas nos países europeus e norte-americanos, que tinham nos seus objetivos, o caráter pedagógico” [...] (p. 81).

Enquanto a sociedade industrial se desenvolvia, às crianças era negada a possibilidade de serem reconhecidas como sujeitos de direitos e o pouco que lhes era oferecido em sua maioria visava a possibilidade de ter nas fábricas a mão-de-obra das mães. Assim, durante muito tempo as crianças foram relegadas a um atendimento apenas de subsistência e tampouco tinham a possibilidade de viverem a infância em sua totalidade.

Durante um cruel e extenso período às crianças era negado o direito de viver a infância e elas sequer eram reconhecidas como sujeitos de direitos, sendo atendidas em instituições apenas de cunho assistencial ou de custódia.

Apenas a partir da década de oitenta alguns pesquisadores da área da infância e instituições não-governamentais passaram a mobilizar a sociedade no sentido de proporcionar à criança o direito a uma educação de qualidade desde seu nascimento.

No entanto, somente com a Constituição Federal de 1988 a creche e a pré-escola foram inseridas no sistema educativo, conforme prevê o “artigo 208, o inciso IV: O dever do Estado para com a educação será efetivado mediante a garantia de oferta de creches e pré-escolas às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL, 1988).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8.069/90, aprovado dois anos após a Constituição de 1988, vem para incluir as crianças no mundo dos direitos humanos, trazendo uma nova forma de olhar a criança. Além disso, nos anos de 1994 a 1996 o Ministério da Educação publicou a Política Nacional de Educação Infantil, uma série de documentos que estabelecem as diretrizes pedagógicas objetivando o aumento de vagas e a melhoria na qualidade de atendimento e evidenciando a importância de qualificação do profissional para atuar nas instituições de educação infantil (PASCHOAL e MACHADO, 2009).

Observando atentamente a história da infância no Brasil, percebemos que durante muito tempo as crianças foram relegadas ao esquecimento e somente após anos de luta para a garantia de seus direitos, foi possível que as concepções de

criança existentes se modificassem chegando incansável ao modelo contemporâneo atual.

No entanto, mesmo com os diversos avanços ocorridos e com a criação de políticas educacionais e da legislação que vem apoiar a infância e as instituições para o atendimento às crianças visando seu pleno desenvolvimento, respeitando suas particularidades, ainda vivemos um período desafiador na garantia real desses direitos.

Diversos fatores vêm contribuir para que a sociedade e o poder público reconheçam a criança como um ser de direito à uma educação de qualidade desde que nasce: a legislação vigente, a luta da população da sociedade civil para que as instituições que cuidam e educam essas crianças sejam valorizadas, expandidas e mais bem assistidas em suas necessidades primordiais (OLIVEIRA NETO, 2022).

No entanto, sabemos que mesmo diante desses direitos já garantidos em lei e através de políticas educacionais, na prática muito ainda precisa ser modificado, já que para fazer valer os direitos das crianças, há que se fazer valer o direito daqueles que por elas lutam e se dedicam, os profissionais da educação.

Esses personagens incansáveis lutam pelos direitos das crianças ao pleno desenvolvimento e a garantia de educação de qualidade, porém os docentes necessitam lutar também por sua valorização e por melhores condições para que a ação docente alcance os objetivos a que se propõe.

Pensar a educação da infância como a primeira e mais importante etapa da educação básica que abrange o atendimento das crianças de 0 a 5 anos de idade, nos remete as questões que fazem parte das políticas sociais e educacionais estritamente ligadas à garantia do direito à educação que visa ainda a garantia de coesão social de cada criança e de suas famílias, considerando a criança desde antes de nascer.

Além disso, visa também a garantia de condições dignas para que os professores possam exercer seu papel docente com as crianças, sem prejuízos de nenhuma natureza, proporcionando a todos a oportunidade de cuidar e educar em uma via que os transporte a novas experiências de aprendizagem.

Nesse sentido, de acordo com Paschoal e Machado (2009), em função das exigências constantes na Legislação vigente, aos profissionais que trabalham com essa faixa etária, é importante uma formação inicial consistente e uma atualização constante em serviço, já que isso impacta diretamente sobre a qualidade do atendimento ofertado à essas crianças.

[...] Essa preocupação é destacada por Kishimoto (2002) ao tratar dos avanços e retrocessos na formação de profissionais de educação infantil, porque um dos problemas encontrados na configuração curricular dos cursos que formam professores no Brasil refere-se à falta de clareza sobre o perfil profissional daqueles que vão atuar junto à criança pequena. [...] Na perspectiva dessa autora, não é possível levar o futuro profissional a compreender que a criança pequena aprende de modo integrado, quando, no seu curso de formação, os conteúdos se apresentam de maneira fragmentada e em disciplinas estanques, que não dialogam entre si (PASCHOAL e MACHADO, 2009, p. 90).

Faz-se necessário então pensar em propostas de formação continuada que possam complementar constantemente a busca por novas formas de atuação prática docente, em que seja possível garantir os direitos de aprendizagem das crianças bem como alcançar os objetivos a que a ação docente se propõe, encontrando nesses momentos formativos a possibilidade de responder aos questionamentos que o professor encontra durante sua autorreflexão sobre sua prática em sala de aula na Educação Infantil.

Nessa busca pela continuidade de sua formação, o professor necessita de momentos em que seja possível realizar uma autorreflexão de sua prática, com vistas a identificar as necessidades, elencando as principais, na busca por respostas condizentes com a realidade social e cultural das crianças que atende.

De acordo com Saito e Oliveira (2018, p. 2),

ao professor da infância cabe a responsabilidade de se assumir um profissional fundamentado nas intenções claras e objetivas de ensino, com formação sólida e coerente com as necessidades das crianças como sujeito em processo de formação e aprendizagem

Dessa forma, será possível evitar que a barbárie cometida contra a infância venha a se repetir, garantindo o que prevê a Constituição Federal e as demais legislações que amparam a infância em sua totalidade, promovendo através das instituições de Educação Infantil a oportunidade de autonomia e liberdade de expressão que devem fazer parte do cotidiano das crianças. Sobre isso, corroborando com o pensamento de Kramer (2005), Saito e Oliveira (2018, p. 8) afirmam que,

[...] Nesse sentido, existe a necessidade de diálogo entre a teoria e a prática docente, uma vez que há profissionais imbuídos de fundamentos e de discursos consagrados, mas que não conseguem materializar seus

ideais educativos com mudanças significativas na prática pedagógica com crianças. Outros profissionais buscam por formações aligeiradas e fragmentadas, encontrando dificuldades para pensar e buscar novos horizontes pedagógicos.

Assim, temos a importância de ofertar formações continuadas alicerçadas na atualidade contemporânea atual, acompanhando essas mudanças de maneira a colocar os professores em contato com todas as práticas educacionais que possam proporcionar condições de um atendimento integral às crianças, visando o respeito e as condições de aprendizagem a que cada criança em suas particularidades tem direito.

Ao impulsionar e direcionar os docentes na busca por formações continuadas que respondam de maneira coerente às suas expectativas enriquecendo sua prática docente, é possível fortalecer a luta contra todas as desigualdades de forma que possamos garantir o direito das crianças à uma educação capaz de favorecer seu desenvolvimento, ocasionando a aprendizagem nos diversos aspectos, dentro de uma proposta que envolva o cuidar e o educar em momentos de interação e brincadeira, conforme prevê o documento da Base Nacional Comum Curricular – BNCC. “Parte do trabalho do educador é refletir, selecionar, organizar, planejar, mediar e monitorar o conjunto das práticas e interações, garantindo a pluralidade de situações que promovam o desenvolvimento pleno das crianças” (BRASIL, 2018, p. 39).

Baseado em pesquisa documental e bibliográfica, este estudo faz parte da composição da Dissertação do Mestrado em Educação da Universidade Estadual de Londrina, realizado pelas pesquisadoras a fim de identificar o percurso da Educação Infantil, bem como a potencialização dos direitos das crianças a uma educação de qualidade, evidenciando para tanto a compreensão do ser criança na atualidade e da importância das formações continuadas dos professores que atuam com crianças dessa faixa etária.

METODOLOGIA

No intuito de proporcionar às crianças pequenas o pleno desenvolvimento de suas habilidades são necessárias propostas que tenham significado na formação de atitudes na rotina diária. Essas propostas estão à cargo do professor que com elas atua e que, portanto, necessita estar em constante formação para encontrar

os meios que o conduza a melhor direcionar a ocorrência da aprendizagem das crianças.

Oportunizar essas situações de autonomia requer do professor além de outras atitudes, a participação em formações continuadas que lhes auxiliem na compreensão das mudanças contemporâneas da sociedade, buscando a partir de novos contextos, estabelecer as mudanças nas formas de aprender e ensinar, valorizando e respeitando cada criança e compreendendo como favorecer seu aprendizado, utilizando para tanto os conhecimentos que ela traz consigo e que necessitam ser valorizados, sem deixar de incluir novas formas de aprendizagem contemporâneas e que vem de encontro as ações de respeito a que toda criança tem direito, a fim de que a aprendizagem de cada uma possa ocorrer a seu tempo, sem a possibilidade de causar traumas ou rupturas.

Nesse sentido, a pesquisa bibliográfica e documental favorece nossa compreensão sobre como tem se dado os estudos de diversos pesquisadores sobre o tema, bem como de que maneira a temática tem sido analisada a fim de produzir resultados positivos no que se refere a uma formação continuada que possa ocasionar a aprendizagem significativa das crianças.

Segundo Gil (2008), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído em sua maioria por livros e artigos científicos, que serão analisados e interpretados em leitura.

A pesquisa bibliográfica traz a possibilidade de identificar pesquisas já realizadas que podem oportunizar o acesso a essas produções na relação com determinado objeto de estudo, auxiliando na exploração de aspectos abordados. Aqui, especialmente a pesquisa bibliográfica possibilitou a análise e compreensão dos resultados de estudos sobre a atuação docente e sua relação com a infância a partir da busca por formações continuadas que venham a favorecer as questões pedagógicas, capazes de oportunizar à criança seu desenvolvimento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme os avanços no campo das leis e políticas voltados à educação, especificamente em relação à Educação Infantil, foram acontecendo, as mudanças no atendimento às crianças de uma forma assistencialista para um modelo que se destinasse não apenas ao cuidado, mas também as ações de ensinar, foram sendo idealizados e instituídos.

Para Vasconcelos (2006, p. 2/3), “as profundas e complexas transformações sociais dos tempos de hoje exigem que se encare a educação como um processo que se inicia ainda antes da criança nascer e se prolonga até ao último suspiro de vida”. Nesse sentido, faz-se necessário que a sociedade se torne educativa e para tal, é preciso investir na educação dos adultos em primeiro lugar (pais, professores e comunidade em geral).

Isso é necessário para que possamos ter com a criança uma relação de confiança, em que seja possível propor a ela atividades que favoreçam o desenvolvimento a seu tempo, favorecendo sua linguagem e desenvolvimento motor de modo que seja possível, apreender os saberes e conhecimentos em atividades planejadas e lúdicas, oportunizando a criatividade e expressão da criança livremente.

Ao primar pela garantia do direito a uma educação de qualidade no qual a criança é protagonista, temos que ter clareza do real papel do professor que atua na Educação Infantil, garantindo também a esse profissional os meios necessários para que sua atuação docente seja regada por oportunidades de aperfeiçoamento e para tanto, a formação continuada é um caminho que, se bem organizado e preparado com intenções claras, pode conduzir o docente nessa jornada onde o aprender e o ensinar caminham lado a lado.

Vinculada a um passado de práticas predominantemente assistencialistas e compensatórias, a Educação Infantil brasileira se constitui como ‘direito da criança’ a partir da Constituição Nacional de 1988. Na década de 90 configurou-se um período de discussões acerca deste direito tendo como modalidade de ensino e contemplada como ‘primeira etapa da Educação Básica’ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB – Lei nº 9.394/96) (HAUBRICH e CRUZ, 2016, p. 1/2).

Como sabemos, foi apenas a partir do século XVIII com o advento da sociedade moderna, que a infância passou a ser considerada em seu conceito próximo ao que temos hoje, já que anteriormente a esse período, não se via as crianças como seres atuantes e com necessidades próprias.

No Brasil, foi a partir dos anos 1970 que surgiu uma preocupação em relação à educação das crianças de até 6 anos de idade, sendo que os estudos no ano de 1980 se intensificaram e autores passaram a criticar a necessidade de ampliação de vagas em creches e pré-escolas, além de incluírem também em seus escritos em 1990, relatos a respeito das experiências dos professores no atendimento às crianças de 0 a 5 anos de idade (BARBOSA, 2006).

Assim, mesmo que em alguns momentos as crianças tenham aparecido na história como representantes de um estado de natureza primitivo, ou seja, seres em formação, incompletos, em nossa tradição a infância aparece também como um tempo de preparação, de formação de sujeitos autônomos, “sentido exposto nos textos “pedagógicos” de Adorno, de uma educação para a autonomia/emancipação (Mundigkeit). A infância surge então, como esperança de tempos melhores, baseada em expectativas de experiências únicas a serem vividas, numa valorização das culturas infantis (VAZ, 2009).

Nessa perspectiva e visando uma ação docente que respeite e que conduza as crianças a aprendizagem e desenvolvimento, ao professor cabe a tarefa de compor as atividades de sala de aula de maneira que elas tragam a oportunidade de serem acolhidas e de conseqüentemente acolherem aos demais, partindo da observação das diferenças culturais existentes entre os pares, aprendendo a agir de maneira respeitosa e humanizadora com os demais a partir de ações de cuidado e educação.

Paschoal e Machado (2009) corroboram com o pensamento de Barreto (1988), em relação aos processos formativos, enfatizando que a formação continuada é um dos fatores mais importantes no que se refere a qualidade da educação e que,

embora a chamada formação continuada não deva se caracterizar como algo eventual, nem apenas um instrumento que se usa para suprir deficiências teóricas e práticas de uma formação acadêmica mal-feita, é importante que esse profissional busque a capacitação em serviço e a atualização constante, aprofundando as experiências científicas e cotidianas que está vivendo e as vividas anteriormente. É importante que, ao longo da carreira do magistério, o mesmo possa frequentar não só os cursos de atualização, grupos de estudos ligados ao fazer pedagógico na sala de aula, mas, sobretudo, estar atento às questões políticas, sociais e econômicas, acompanhando as transformações da sociedade como um todo”. (p. 90)

A sociedade contemporânea atual vem sofrendo constantes modificações e essas afetam diretamente a educação, sobretudo a modalidade da Educação Infantil. Mudanças tecnológicas e sociais afetam diretamente o campo educacional em relação às crianças e nesse sentido, o aprimoramento profissional é extremamente relevante e significativo para que a proposta de desenvolvimento infantil previsto na legislação possa ser proporcionada às crianças.

No Brasil avançamos muito e conquistas sobre os direitos das crianças são visíveis na Educação Infantil, porém ainda existem muitos desafios a enfrentar na busca pela garantia dos direitos das crianças à uma educação de qualidade que respeite o desenvolvimento e aprendizado da criança pequena, que deve prioritariamente ser assumida por todos (PASCHOAL e MACHADO, 2009).

Às crianças é necessário proporcionar a vivência das mais variadas experiências a fim de oferecer-lhes meios que favoreçam sua autonomia, convivência e interação com seus pares.

A esse respeito Barbosa (2013), esclarece que integrantes de um mesmo grupo trazem consigo experiências diversificadas, culturais, sociais ou emocionais e, somente com o passar do tempo esse espaço pode ser transformado num local onde se encontrem experiências em comum. Nesse sentido, o tempo é fundamental na organização da escola infantil, ele é um articulador da vida, tanto individual quanto social, que possibilita a compreensão do passado, bem como o compartilhamento dessas experiências a fim de projetar possibilidades para o futuro.

Em relação as crianças, a possibilidade de experienciar momentos diversos de liberdade e interação com outras crianças e com os adultos, favorece o desenvolvimento e a criatividade em atividades livres e de troca dessas experiências que fazem parte do cotidiano de cada criança em relação a sua cultura e ao meio ao qual pertencem. A esse respeito Santos (2015, p. 232), cita os pensamentos de Walter Benjamin em relação ao ser criança e sobre como elas ensinam e aprendem,

No caso da educação das crianças, Benjamin (1984) aponta uma consonância com o discurso educacional contemporâneo, postulando que “as crianças ... ensinam e educam os atentos educadores” (p. 88). E mais, a criança deve ter o direito, principalmente quando inserida em contextos educacionais, de viver a plenitude de sua infância, pois “a pedagogia proletária demonstra sua superioridade ao garantir às crianças a realização de sua infância” (Benjamin, 1984, p. 87).

Nessa perspectiva, às instituições de Educação Infantil e aos docentes cumpre a tarefa de encontrar os meios que favoreçam à criança viver essa plenitude da infância, como destacado por Benjamin (1984), considerando que para o autor a infância é um tempo de experiências que precisa ser vivida e experimentada de diversas maneiras.

Assim, para proporcionar esses momentos diversificados em que haja o respeito e o atendimento mais humanizado e acolhedor a cada uma das crianças, os

profissionais docentes necessitam estar sempre atualizados em relação às novas formas de aprender e ensinar a que a contemporaneidade nos faz participantes, dedicando-se também a melhor identificar e compreender o meio ao qual a criança está inserida e a cultura à qual pertence a fim de respeitá-la.

Conforme nos afirma Barbosa (2013), precisamos encontrar nas instituições de Educação Infantil espaços mais organizados e planejados para atender as especificidades das crianças evitando o que a autora descreve como, “um tempo que é visto apenas como tempo cronológico, linear, sequencial. [...] Portanto o que encontramos nas escolas infantis é a presença desse tempo característico das relações capitalísticas, que brutaliza a vida cotidiana e empobrece a experiência da infância” (p. 216).

Necessitamos de formações continuadas destinadas aos professores da Educação Infantil que priorizem a criança e sua liberdade, sua criatividade e cujas ações cotidianas envolvam o brincar em sua essência. Potencializando as instituições de Educação Infantil como um espaço em que o cuidar e o educar se complementem no atendimento às crianças. Isso por que, de acordo com Barbosa (2013), a partir do brincar as crianças desenvolvem argumentos narrativos, conseguem solucionar problemas e tomam iniciativa nas diversas situações vivenciadas. Por isso, o tempo das crianças na escola precisa ser vivido com intensidade e o professor precisa proporcionar e apoiar essas situações, já que essas experiências vivenciadas a acompanharão por toda a vida.

Nos escritos de Walter Benjamin encontramos um outro olhar a respeito da infância, com atenção especial dedicada à criança e à sua sensibilidade ante o mundo. O autor defende que a criança explora o mundo através de sua criatividade e expressividade, sendo atraída por atividades diversas na busca por novas descobertas.

Portanto, a importância em situar as ações planejadas para as crianças, refletindo a respeito da melhor e mais apropriada proposta, bem como a qual situação e em que lugar serão desenvolvidas as atividades docentes, pensando na criança como um ser único, pensante e capaz de realizar ações que tenham objetivos definidos para o alcance da aprendizagem.

Além disso, o docente que atua na Educação Infantil necessita ter claras as intenções de sua atuação pensando também na formação humana da criança e nas relações interpessoais de que ela participa na relação com os demais nas instituições de Educação Infantil.

Há atualmente uma urgência em atuar nas questões mais humanizadoras que envolvem a Educação Infantil, procurando promover ações de interação e respeito. Precisamos derrubar a crença de que as expressões infantis mesmo quando discriminatórias e violentas, seriam “inocentes”, já que o preconceito se mostra presente também nas crianças (VAZ, 2009).

Adorno lembra os pequenos que para os outros dizem ‘com você eu não brinco’, ou ainda ‘com aquele ninguém joga’. Ele advoga por uma escola que procure dar às crianças aquilo que não recebem em casa, uma educação contra o preconceito que inclui até mesmo alguma interferência em relação aos pais. Seria de se esperar dos educadores que tivessem a coragem de enfrentar as famílias, ensinando para os pequenos que seus pais nem sempre tem razão e que são passíveis de equívocos (VAZ, 2009, p. 62).

Para encontrar os meios favoráveis para a compreensão das modificações educacionais, em especial a respeito da atuação com crianças de 0 a 5 anos de idade, a proposta de uma formação continuada bem-estruturada, tem a possibilidade de favorecer a ação docente através de subsídios atuais que auxiliem a atuação profissional na Educação Infantil de maneira a atender as crianças em suas especificidades sociais e culturais, sem discriminar ou excluir, ao contrário acolhendo e respeitando.

Se, agora, dirigimos nosso olhar ao mundo que é dado às crianças, o que vemos? Falta de entendimento, ausência de escuta do outro, violência, destruição, morte. Observando o cotidiano no trabalho, na política, nas relações familiares, vemos falta de diálogo e de escuta do outro. Com frequência falo desta minha perplexidade e assombro diante da exclusão, da discriminação e da eliminação. Pois, apesar do avanço e aparente progresso tecnológico, a humanidade não conseguiu superar o problema que está na origem dos grandes crimes cometidos contra a vida – sejam eles de ordem política, étnica, religiosa, social, sexual – na origem dos genocídios: a dificuldade de aceitar que somos feitos de pluralidade, que somos constituídos na diferença (KRAMER, 2000, p. 6).

O caminho percorrido pela Educação Infantil foi promotor de inúmeros avanços para essa modalidade de educação, porém sabemos que ainda existem muitos enfrentamentos aos profissionais que se dedicam a atender crianças dessa faixa etária, sobretudo no que diz respeito à valorização docente com amparos

financeiros e materiais que sendo previstos em lei ainda estão distantes de terem os direitos profissionais respeitados.

Diante desse cenário de desigualdade que atinge professores e crianças na totalidade da Educação Infantil, como podemos pensar as ações de uma formação continuada que traga subsídios capazes de modificar essa tão triste realidade? Diante desses e de tantos outros questionamentos a esse respeito, Kramer (2000, p. 7), nos aponta que,

nosso maior desafio é o de, com a consciência dos totalitarismos a que o século XX assistiu, semear a tolerância. Creio que o nosso maior objetivo é construir uma educação fundada no reconhecimento do outro e suas diferenças de cultura, etnia, religião, gênero, classe social, idade. Mas isso é pouco hoje. Para alcançar este objetivo, é preciso combater a desigualdade e educar contra a barbárie, o que implica uma ética e exige uma perspectiva de formação cultural que assegure sua dimensão de experiência crítica. [...]

Vislumbrar a Educação Infantil em sua totalidade requer de toda sociedade atitudes que realmente compreendam a criança como capaz de vivenciar experiências e docentes capazes de potencializar essa vivência.

A partir de políticas educacionais que garantam aos professores não apenas a formação inicial mas a continuada além de valorização profissional, mudanças ainda mais potencializadoras da aprendizagem das crianças poderão ocorrer na Educação Infantil.

Soczek (2015) corrobora com essa ideia, quando afirma a necessidade de fazer valer a titulação na carreira do professor, bem como em seu salário, de maneira a contribuir para a inserção desse profissional em uma categoria cada vez mais organizada e promotora de direitos. Já que para garantir o cumprimento dos direitos previstos em lei para a aprendizagem das crianças é necessário garantir também o direito profissional dos docentes.

O professor mais valorizado, capacitado e motivado com certeza irá ofertar as crianças uma mediação mais coerente com os resultados de aprendizagem levando as crianças à novas descobertas, modificando as interações sociais da sociedade atual, confirmando atitudes de respeito e autonomia na formação de cidadãos conscientes de seu papel na sociedade.

Nesse processo de proporcionar momentos de ressignificação das aprendizagens das crianças, o professor também precisa estar atento as modificações

sociais. No entanto, de acordo com Chaves et al (2013, p. 2), “cursos em geral não asseguram estudos e reflexões que mobilizem o educador para analisar a dinâmica da vida dos homens e sua dinâmica de trabalho”. Os docentes necessitam de propostas consistentes, guiando-os a uma “recondução da prática pedagógica em prol de uma educação capaz de favorecer a promoção das crianças para além de sua realidade imediata”.

De acordo com Kishimoto (2002, p. 107), há muito tempo “acumulam-se os problemas na formação, em decorrência da pouca clareza do perfil profissional desejado nos cursos de formação propostos. As contradições aparecem nos cursos amorfos que não respeitam a especificidade da educação infantil”. Resultando na proposta de cursos fragmentados e desconexos que estão longe de favorecer a prática pedagógica, desmotivando os professores que participam dessas formações e fazendo com que sua busca por cursos dessa natureza seja cada vez mais reduzida, já que eles passam a considerar apenas os conhecimentos que já adquiriram e a trocar experiências profissionais com seus pares, sendo o que lhes parece mais conveniente.

Assim, os docentes necessitam considerar a realização de momentos de autorreflexão a fim de identificar quais objetivos de aprendizagem precisam ser contemplados através de um planejamento que envolva atividades de rotina bem estruturadas. “A importância das rotinas na educação infantil provém da possibilidade de constituir uma visão própria como concretização paradigmática de uma concepção de educação e de cuidado” (BARBOSA, 2006, p. 35). Favorecendo a realização de atividades bem-organizadas e estruturadas com alcance dos objetivos.

Precisamos gerar experiências de educação e socialização, com práticas solidárias entre crianças, jovens e adultos, com ações coletivas, elos e laços capazes de gerar o sentido de pertencer a. Precisamos de escolas e espaços de educação infantil para fazer diferente; precisamos mostrar na mídia outros modelos de educação e outros modos de ser criança que existem também (KRAMER, 2000, p. 7-8).

Agir de maneira diferente na Educação Infantil é um dos inúmeros desafios da docência no ensino com crianças até 5 anos de idade, por isso o professor precisa estar sempre preparado para encontrar as respostas necessárias para esse enfrentamento.

Considerando que a educação escolar se inicia na Educação Infantil, partimos do pressuposto de que a criança nesse nível começa no processo

de apropriação de conteúdos de maneira sistematizada e intencional em que dois aspectos são relevantes: a aprendizagem e o desenvolvimento da criança de 0 a 5 anos. Defendemos que o trabalho pedagógico realizado nessa fase inicial deve possibilitar qualitativamente o desenvolvimento das potencialidades das crianças (SAITO e BARROS, 2019, p. 110).

Conforme as mudanças acontecem na sociedade, uma nova forma de olhar as crianças e suas infâncias precisa direcionar o trabalho pedagógico a elas destinado. Assim também, a formação de professores precisa se adequar a contemporaneidade já que igualmente sofre alterações em decorrência das mudanças na sociedade e necessita de propostas igualmente novas que contemplem o agir na infância com as crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sabemos que historicamente a criação de creches e pré-escolas tinha o objetivo de proteger e transmitir valores às crianças, no entanto, quando se pensou dessa maneira na criação dessas instituições, mesmo que não tenha sido de maneira intencional, foi possível proporcionar às crianças a efetividade de seus direitos de aprendizagem, pensando nesses espaços como lugares destinados a atender as crianças em suas necessidades, promovendo a aprendizagem.

Nesse vies, o professor desde o início do surgimento das instituições de Educação Infantil precisou buscar por formações que o conduzissem a aprender para propor a aprendizagem das crianças.

No entanto, percebemos que as formações iniciais de professores ainda hoje não proporcionam o acompanhamento das mudanças contemporâneas da sociedade, e por isso, formações continuadas tornam-se cada vez mais importantes e necessárias. Já que podem proporcionar ações planejadas que venham refletir em uma ação docente estruturada e amparada por propostas eficientes no atendimento às crianças, tornando possível o atendimento às especificidades de cada criança e seu desenvolvimento.

A temática formação continuada na Educação Infantil necessita ser cada vez mais valorizada e as pesquisas a esse respeito necessitam ser ampliadas a fim de que possamos contribuir com a atuação docente, já que sabemos que os professores buscam nessas formações as respostas para suas indagações e, anseando por

proporcionar a aprendizagem integral das crianças vem em busca de novas formas de aprender e ensinar.

Assim, podemos concluir que a formação continuada nos tempos contemporâneos atuais tem um papel de extrema importancia no que diz respeito à atuação do professor na Educação Infantil, visando não apenas a garantia dos direitos de aprendizagem das crianças, mas a garantia de que serão respeitadas e acolhidas em suas particularidades.

Para tanto, é importante refletir sobre como devem se dar as propostas da formação continuada, considerando a realidade de cada instituição e das crianças atendidas, bem como a refletor sobre a importancia da valorização docente a fim de que o professor seja impulsionado e esteja motivado a buscar por novas formas de atuar com as crianças na Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Por Amor e Por Força**: rotinas na educação infantil. Porto Alegre: Artmed. 2006.

BARBOSA, Maria Carmem Silveira. **Tempo e Cotidiano** – Tempos para viver a infância. Leitura: Teoria & Prática, Campinas, v.31, n.61, p.213-222, nov. 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988, 305 p.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº 8.069, de 13 de junho de 1990.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 10.172/2001, de 09 de janeiro de 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CHAVES, Marta; STEIN, Vinícius; SILVA, Aline Aparecida da; FELIX, Leiliane Aparecida Alcântara. **Possibilidades de Formação em Serviço para uma Educação Infantil Humanizadora**. UEM, 2013. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2013/8007_5314.pdf - Acesso: 16 mar. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAUBRICH, Marisa Baptista; CRUZ, Sandra Oliveira da. A Formação Continuada na Educação Infantil e suas Contribuições na Prática Pedagógica: experiências implantadas na rede municipal de ensino de Parobé. **I Seminário Internacional de Educação, III Seminário Nacional de Educação e I Seminário PIBID/FACCAT**. Disponível em: <https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/A%20FORMACAO%20CONTINUADA%20NA%20EDUCACAO%20NFANTIL%20E%20SUAS%20CONTIRBUICOES.pdf> – Acesso em: 03 mai 2023.

KRAMER, Sonia. Infância, Cultura Contemporânea e Educação contra a Barbárie. **Novamerica** v. 1, n. 2, 2000. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/23857> - Acesso em: 10 mai. 2023.

OLIVEIRA NETO, Fábio Marques de; CALDAS, Vaneska Oliveira; MARQUES, Waleska Barroso dos Santos Kramer. **Marcos Legais da Educação Infantil no Brasil**. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV150_MD1_SA109_ID2663_21072021153600.pdf Acesso em: 18 jul. 2022.

PASCHOAL, Jaqueline Delgado; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A História da Educação Infantil no Brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.33, p. 78-95, mar.2009.

RIZZO, Gilda. Creche: organização, currículo, montagem e funcionamento. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SAITO, Heloisa Toshie Irie; OLIVEIRA, Marta Regina Furlan de. Trabalho Docente na Educação Infantil: olhares reflexivos para a ação intencional e planejada do ensino. **Imagens da Educação**, v. 8, n. 1, p. 00-00, 2018.

SANTOS, Sandro Vinícius Sales dos. Walter Benjamin e a Experiência Infantil: contribuições para a Educação Infantil. **Pro-Posições**. v. 26, n. 2 (77), p. 223-239. mai./ago. 2015.

SOCZEK, Daniel. Políticas Educacionais de Formação de Professores de Educação Infantil: percursos e críticas. **Revista Intersaberes** | vol.10, n.20, p.404-432 | mai.-ago. 2015 | 1809-7286

VASCONCELOS, Teresa. A Educação de Infância: propostas de reflexão para um debate nacional sobre educação. Escola Superior de Educação Instituto Politécnico de Lisboa, 2006. Disponível em: <https://dne.cnedu.pt/dmdocuments/A%20educa%C3%A7%C3%A3o%20de%20inf%C3%A2ncia-propostas%20para%20reflex%C3%A3o.pdf> – Acesso em: 05 jan. 2023.

VAZ, Alexandre Fernandes. Infância, escolarização, semiformação: reflexões sobre a memória e as “expectativas pedagógicas” a partir de Theodor W. Adorno. In: PUCCI, Bruno; LASTÓRIA, Luiz A. Calmon Nabuco (org.) **Experiência Formativa & Emancipação**. São Paulo: Nankin, 2009.